NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 20/Dez

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2250/2019

BAHIA

# VIGILANTES SERVIS - CONFIRMANDO: A ENTREGA DOS CHEQUES DA LUTA, DO NATAL. PROXIMO SABADO

Compromisso é compromisso e nesta quarta-feira foi confirmado a disponibilidade dos recursos e a preparação dos cheques de 92 colegas Servis ou ex-Servis para entrega no próximo sábado,21.

É um presente de natal para esta turma? Sim, mas conquistado na luta e no combate ao desrespeito aos nossos direitos e a nossa dignidade. As empresas assinam uma Convenção Coletiva e tem de cumprir. No caso a Servis deixou de trocar os 2 uniformes (calça, camisa e/ou sapato) a cada 6 meses.

Entre 2015/2016 O Sindicato entrou com Ação de Cumprimento na justiça contra a Servis e outras empresas a empresa foi condenada e agora paga beneficiando os trabalhadores, os prejudicados por terem de trabalhar em condições indignas.

OUTRAS EMPRESAS E AUDIENCIA DE CONCILIAÇÃO - Outras empresas também estão "no pau" pelas mesmas razões. Ontem (17), inclusive, teve uma audiência de conciliação global no TRT com Guardesecure, General Security, MAP, Estrela, Starvig, Bitarron, GPS, Visel e Servis também.

Além disso:

- Este é um dos processos. Pode vim mais pela frente;
- Observe se seu nome está na lista abaixo;
- Compareça sábado ao Sindicato trazendo a original e copia dos seguintes documentos: CTPS (com assinatura da Servis), RG, CPF e comprovante de residência;

É conquista para quem tem fé na luta!

Para quem tem um Sindicato de luta, sem pelego, sem patrão!

Feliz Natal e um 2020 de lutas, conquistas e paz!

ENTREGA CHEQUES VIGILANTES OU EX-VIGILANTES SERVIS

SABADO, 21/12 – DAS 08H30 ÀS 11H

NO SINDICATO – R. DO GRAVATÁ, 23 – NAZARÉ

PROCESSO 0000203.29.2016.5.05.0036 – SINDVIGILANTES/BA X SERVIS

Confira a Lista no site da entidade.

Fonte: Sindivigilantes BA

# Presidente do BB defende privatização do banco

## Deputados e representantes dos funcionários rebateram Rubem Novaes e observaram que o banco é eficiente e a venda não se justifica

O presidente do Banco do Brasil, Rubem Novaes, voltou a defender a venda do banco para a iniciativa privada, mas afirmou, no entanto, que o assunto está fora de cogitação no momento. "A privatização do banco é uma questão política. Todos sabem meu posicionamento, mas o que importa é que o presidente (Jair Bolsonaro) disse que não vai privatizar e o assunto está encerrado. E mesmo que fosse a decisão do Executivo, teria que passar pelo Congresso, teria que ser lei", disse Novaes durante a audiência da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados realizada na terça-feira (10).

"Por mais que ele tenha afirmado o banco não será privatizado, precisamos ficar atentos. Tanto ele quanto o Paulo Guedes (ministro da Economia) não negam que têm interesse em privatizar o banco. Basta eles conseguirem fazer com que Bolsonaro acredite que a privatização do banco é bom para o Brasil", alertou o dirigente do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte e Região, Wagner Nascimento, que representou a Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) na audiência.

"Esta tarefa não é difícil. Bolsonaro já confessou que não entende nada de economia", lembrou Wagner Nascimento.

**Eficiência e função social**

Dados da pesquisa "Percepção do BB no Congresso Nacional", realizada pela Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (ANABB), mostram que 74% dos congressistas discordam da privatização do banco.

A deputada federal Erika Kokay (PT-DF), que é contra a privatização, defendeu a função social do banco e lembrou que o Banco do Brasil teve um lucro de R$ 13 bilhões em 2019 que, na opinião dela, é resultado do trabalho de excelência feito pelos funcionários.

"Se o Banco do Brasil for privatizado, ele só vai estar em locais que oferecem retorno financeiro. Não vai ter uma política de crédito de longo prazo ou que tenha risco. A gente precisa dos bancos públicos. Estamos falando de um banco que existe desde 1808, que faz parte da história do povo brasileiro e que tem sido um instrumento absolutamente imprescindível", defendeu a deputada Érika Kokay.

A eficiência do banco pode ser vista durante a apresentação feita pela representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Mariel Lopes. Segundo ela, o Banco do Brasil é competitivo frente aos bancos privados e a instituição tem um papel fundamental no atendimento bancário às cidades mais pobres.

"A presença dos bancos públicos é muito maior do que a dos bancos privados nos lugares mais longínquos do país. Dificilmente o Bradesco, o Itaú, ou o Santander terá interesse em manter agências em cidades pequenas. Nesse caso, os bancos públicos cumprem o papel de promover o desenvolvimento. Eles são o primeiro acesso de muitas pessoas ao sistema bancário, ao sistema de crédito", disse Mariel. Para ela, nas cidades pequenas, que dependem muito de recursos federais, a presença dos bancos públicos é essencial para que a economia seja dinamizada.

"Além disso, a presença do BB e da Caixa no mercado é essencial para a promoção de políticas anticíclicas e para evitar que o mercado se concentre ainda mais e, consequentemente, sem concorrência, aumente ainda mais os spreads bancários", completou.

**Privatização disfarçada**

Até o vice-líder do governo no Congresso Nacional, o deputado Ricardo Barros (PP-PR) defendeu a importância do Banco do Brasil. Ele reconheceu que setores da área econômica defendem a privatização, mas disse que, nesse momento, o banco está fora da lista de prioridades. "O Banco do Brasil é o banco do agricultor brasileiro, encarregado do fomento à produção, do agronegócio, que é o maior negócio do Brasil. É o que garante a nossa balança comercial, e é o que nos dá a capacidade de crescimento econômico", afirmou.

"Falam que o banco não está na lista de privatizações, mas vendem subsidiárias e colocam ações do banco à venda. Além disso, tiram o poder de fomento do banco e alteram sua política de taxas de juros. Isso reduziu a importância do banco e sua participação no mercado", observou o representante da CEBB. "Queremos o banco inteiro e fortalecido", completou Wagner, lembrando que estão sendo realizadas audiências públicas em todo o país para mostrar a importância do Banco do Brasil e dos demais bancos públicos para o desenvolvimento do Brasil.

O secretário de Imprensa do Sindicato dos Bancários de Brasília e Região, Rafael Zanon, destacou que a história do Banco do Brasil nos últimos 15 anos foi de crescimento, com geração de lucro e de dividendos para seus acionistas, principalmente para o acionista principal, que é a União e, em última instância, para o povo brasileiro. E finalizou dizendo "as declarações do presidente Rubem Novaes e do ministro da Economia, Paulo Guedes, colidem com a opinião da maioria do povo brasileiro e da maioria dos parlamentares do Congresso Nacional".

Fonte: Contraf-CUT

# Nova proposta de Bolsonaro diminui valor do abono salarial

## Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial prevê que o valor do benefício poderá variar de acordo com a renda do trabalhador e dos recursos disponíveis do governo

O abono de um salário mínimo (R$ 998,00) pago, uma vez ao ano, a todos os trabalhadores e trabalhadoras com registro em carteira que ganham de um a dois salários (R$ 1.996,00), poderá ter seu valor reduzido, caso a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial que está tramitando no Congresso Nacional seja aprovada no próximo ano.

Esta é a segunda vez que o governo de Jair Bolsonaro tenta diminuir o valor do abono salarial pago a 27 milhões de trabalhadores. A primeira tentativa foi na reforma da Previdência. A proposta do governo era de pagar o abono apenas para quem ganhasse um salário mínimo, hoje de R$998,00.

Mesmo derrotados, Bolsonaro e sua equipe econômica, comandada pelo banqueiro e ministro Paulo Guedes, querem que o valor do benefício não seja mais estabelecido na Constituição e que varie de acordo com a renda do trabalhador e dos recursos disponíveis no Orçamento da União. O abono, no entanto, continuaria a atender apenas quem tem trabalho formal e renda de até dois salários mínimos.

Sem regras claras de escalonamento dos valores, o relator da PEC Emergencial, senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), propôs em seu relatório que o trabalhador que ganha até dois mínimos receba abono menor e quem tem salário menor receba um abono maior.

Para a técnica da subseção da CUT Nacional do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Adriana Marcolino, o ajuste fiscal proposto pelo governo mais uma vez penaliza os mais pobres e vulneráveis que recebem os menores salários.

**O abono salarial funciona como uma espécie de 14º salário para pessoas de baixa renda e é um recurso muito importante para fechar as contas dessas famílias- Adriana Marcolino**

A técnica se baseia na pesquisa do Dieese que mostrou, em junho deste ano, que o valor de uma cesta básica foi de R$ 465,81, comprometendo 50,7% do valor de um salário mínimo. O estudo diz ainda que o valor do salário mínimo deveria ser de R$ 4.021,39.

Segundo Adriana Marcolino, o abono salarial é para proteger essa parcela mais pobre da população num momento de crise econômica. Mas, o governo Bolsonaro ao invés de proteger os mais pobres, retira deles.

"É um Robin Wood às avessas", diz Adriana, se referindo ao herói da fábula inglesa que roubava dos ricos para dar aos pobres.

"Num momento de crise fiscal, o governo deveria taxar os lucros dos bancos, as grandes fortunas e tirar dos grandes empresários, e não dos mais pobres", conclui.

A PEC Emergencial permite ainda que a União, estados e municípios reduzam em 25% salários e jornadas dos servidores, além de proibir promoção de funcionário (com exceções), dar reajuste, criar cargo, reestruturar carreira, e fazer concurso; e suspende criação benefícios tributários.

Fonte: RBA

# Paulinho da Força propõe fim do Tribunal Superior do Trabalho

O presidente do Solidariedade e ex-dirigente da Força Sindical, deputado Paulinho da Força.

Eleita para presidir o Tribunal Superior do Trabalho (TST), a ministra Maria Cristina Peduzzi surpreendeu muitos trabalhadores ao defender a revisão das leis trabalhistas, inclusive com a regulamentação do trabalho aos domingos. Por isso, virou alvo de críticas em sindicatos e até no Congresso Nacional. O deputado e ex-sindicalista Paulinho da Força (Solidariedade-SP) está propondo até o fim do TST por conta disso. E ele já começou a recolher as assinaturas que precisa para apresentar essa proposta de emenda à Constituição (PEC).

Ex-presidente da Força Sindical, Paulinho da Força elaborou essa proposta assim que os posicionamentos de Maria Cistina Peduzzi vieram à tona, com a publicação nessa segunda-feira (16) de uma entrevista na Folha de São Paulo em que a ministra classificou como tímida a reforma trabalhista aprovada no governo Temer e defendeu uma nova revisão da CLT [Consolidação das Leis de Trabalho]. E ele garante que terá o apoio necessário para protocolar a PEC. O pedido precisa do apoio de 1/3 da Câmara - isto é, de 171 deputados - para ser apresentado e já começou a receber assinaturas nessa segunda-feira.

"Vou apresentar no começo de fevereiro a proposta de acabar com o TST porque a presidente do TST virou uma representante do setor patronal. Se a última instância da Justiça do Trabalho é representante do patronato, não precisa mais ter terceira instância", argumentou Paulinho da Força, dizendo que até 400 deputados podem votar a favor da proposta.

"Entendemos que o TST se tornou inócuo, parcial e sem protagonismo para discutir e deliberar temas relativos ao mundo do trabalho. As declarações da ministra nos dão uma clara noção de que seu pensamento social ainda é binário, ou seja, existe em sua ótica apenas a casa-grande e a senzala", acrescentou, em nota, a presidência do Solidariedade na Câmara, que é comandada por Paulinho da Força.

A nota ainda defende que a Justiça do Trabalho e o debate sobre a reforma da estrutura sindical deve visar "ao aperfeiçoamento e à modernização dos mecanismos de defesa e promoção dos direitos sindicais e trabalhistas, da representatividade e democratização das organizações sindicais, ao estímulo e à valorização da negociação coletiva e fortalecimento das entidades sindicais".

**Segunda instância**

Paulinho da Força disse que o debate sobre o fim do Tribunal Superior do Trabalho ainda ganha força por conta do movimento que busca a retomada da prisão em segunda instância. Ele explicou que, na Justiça do Trabalho, o TST representa a terceira instância do julgamento. Por isso, poderia ser extinto seguindo a lógica da prisão em segunda instância. "Vamos aproveitar essa onda. Se é pra tudo acabar na segunda instância, a justiça trabalhista também deve acabar", afirmou.

O deputado ainda disse que a medida pode dar mais celeridade aos processos trabalhistas. "Na Justiça do Trabalho, o TST é uma coisa que só adia e procrastina o julgamento. O julgamento poderia ser mais ágil se terminasse na segunda instância", reclamou.

Ele admitiu, porém, que a proposta de acabar com o TST pode incitar outros parlamentares, mais alinhados aos interesses patronais, a apresentarem emendas que proponham o fim geral da Justiça do Trabalho, o que não é a sua vontade. Por isso, se for de fato apresentada em fevereiro, a PEC de Paulinho da Força promete gerar muita discussão na Câmara.

Fonte: Congresso em Foco

# Recesso de final de ano CNTV

Informamos que, devido às festas de Natal e Ano Novo, a Confederação Nacional dos Vigilantes – CNTV estará em recesso entre os dias 23/12/2019 a 03/01/2020, retornando suas atividades normais às 8h, do dia 06 de janeiro de 2019.

O ano de 2020 será um ano de muitas lutas para manutenção dos direitos já conquistados pelos trabalhadores, será um ano em que a nossa união será fator chave de vitórias e grandes conquistas, por isso, desejamos saúde, paz e muita determinação a toda a família vigilante.

Feliz Natal e prospero Ano Novo.

Diretores e Funcionários da CNTV

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF